



AJUFE

Associação dos Juizes Federais do Brasil

#COVID19

NOTÍCIAS

**MAGISTRADOS, SERVIDORES,
COLABORADORES E ESTAGIÁRIOS DA
JUSTIÇA FEDERAL PERMANECEM
ATIVOS E TRABALHANDO NO
COMBATE À *CORONACRISE***

Mesmo distantes, juntos.

A Justiça Federal não para!



17/04

TRF4 concede dispensa de trabalho presencial para os servidores da Escola da Marinha de Florianópolis

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou que os servidores que trabalham na Escola de Aprendizes da Marinha de Santa Catarina (EAMSC), em Florianópolis, estão dispensados de cumprir suas obrigações de forma presencial, autorizando-os a cumpri-las, sempre que possível, de maneira remota. A decisão foi proferida monocraticamente pelo desembargador federal Rogerio Favreto na última quarta-feira (15/4) e atende as medidas preventivas à propagação do novo coronavírus (Covid-19) estabelecidas em decretos municipais e estaduais.

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – Seção Sindical de Santa Catarina (Sinasefe) ajuizou mandado de segurança no dia 30 de março contra ato do diretor da EAMSC.

[Continue lendo...](#)

17/04

Em live da Ajufe, AGU comenta atuação do sistema de justiça, isolamento social e cenário pós-crise

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) realizou, nesta sexta-feira (17/04), a Live “O papel do sistema federal de justiça no combate ao novo coronavírus”, com a participação do presidente da associação, Fernando Mendes, e do Advogado-Geral da União, ministro André Mendonça.

Durante a live, os representantes debateram a importante contribuição do sistema federal de justiça para superar a pandemia de Covid-19 e destacaram as diversas decisões relacionadas ao contingenciamento e destinação de recursos de penas para compra de equipamentos médicos.

[Continue lendo...](#)

17/04

TRF4 assegura direito de médico cubano concorrer a vaga no Programa Mais Médicos

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou decisão liminar permitindo que um médico cubano residente em Viamão (RS) concorra a vaga de reincorporação no Programa Mais Médicos para o Brasil. Ele teve a inscrição no certame negada por supostamente não preencher todos os requisitos estipulados no Edital nº 9 do Ministério da Saúde, publicado em 26 de março. Segundo a desembargadora Vivian Josete Pantaleão Caminha, não seria razoável em momento de crise pandêmica impedir o médico intercambista de participar do chamamento público. Na decisão monocrática proferida nesta semana (14/4), a magistrada ressaltou que a participação no edital não garante a convocação do candidato, e que, portanto, caberá à autoridade competente avaliar se o profissional preenche os requisitos estabelecidos para ser reincorporado ao programa.

O médico ajuizou mandado de segurança na Justiça Federal gaúcha após seu nome não constar na relação de profissionais aptos a participarem do processo seletivo. A lista foi fornecida pela Organização Pan-Americana da Saúde e publicada pelo Ministério da Saúde junto ao edital. O autor apresentou na petição inicial do processo documentos comprovando sua permanência em território brasileiro e o exercício de atividades em edições anteriores do Programa Mais Médicos nas datas requisitadas.

[Continue lendo...](#)

17/04

Não é momento de decisões tributárias isoladas, afirma desembargador

O desembargador federal Roger Raupp Rios, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), negou hoje (16/4) pedido liminar da empresa Di Solle Cutelaria, de Caxias do Sul (RS), para prorrogar os prazos de pagamento de parcelamentos tributários e tributos federais em função das dificuldades econômicas provocadas pelas medidas de combate à pandemia do coronavírus (Covid-19). Segundo o desembargador, embora haja um contexto de “desastre” no país, a exclusão de responsabilidade de uma empresa poderia ter um efeito multiplicador, comprometendo a governança como um todo.

Em sua fundamentação, Raupp Rios apontou a teoria do “Direito dos Desastres”, e afirmou que não cabe ao Poder Judiciário atuar instituindo nova e pontual regulação jurídico tributária a uma pessoa jurídica num contexto de desastre biológico como o vivido pelo Brasil e pelo mundo, frisando que uma decisão isolada poderia prejudicar o coletivo. “Em uma situação de desastre, não só juridicamente, como técnica e administrativamente, os deveres de resposta não podem ser desconectados e descontextualizados, sob pena inclusive do risco de provocarem novas situações de crises, expondo a população afetada a novos riscos e aumentando ainda mais sua vulnerabilidade”, escreveu o desembargador em seu voto, citando trecho de um estudo do Departamento de Minimização de Desastres do Ministério da Integração Nacional do Brasil.

[Continue lendo...](#)

16/04

TRF3 processa normalmente RPVs e precatórios

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) informa que o envio, a recepção e o processamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e de Precatórios não foram suspensos pelo regime de teletrabalho, implantado como medida para enfrentamento à Covid-19 e regulamentado pela Resolução nº 313/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelas Portarias PRES-CORE nº 1, 2, 3 e 4.

RPVs e Precatórios são formas de pagamentos decorrentes de condenação da Fazenda Pública, nos processos judiciais

de competência da Justiça Federal e nos do exercício da competência federal delegada (Justiça Estadual).

[Continue lendo...](#)

16/04

TRF3 regulamenta utilização de videoconferência nas sessões de julgamento da Justiça Federal da 3ª Região

Com o objetivo de manter a prestação jurisdicional e considerando o risco potencial de a Covid-19 atingir a população de forma simultânea, a Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) editou a Resolução PRES Nº 343/2020, que disciplina a utilização da ferramenta de videoconferência nas sessões de julgamento e audiências da Justiça Federal da 3ª Região.

A norma institui, de forma provisória, a videoconferência nas sessões de julgamento do TRF3, das Turmas Recursais e da Turma Regional de Uniformização, para fins de sustentações orais, bem como nas audiências das Varas, Juizados e Centrais de Conciliação. Segundo a resolução, a sessão realizada por videoconferência equivale à presencial para todos os efeitos legais.

[Continue lendo...](#)

16/04

Justiça Federal da 3ª Região tem aumento de produtividade nas primeiras semanas de teletrabalho

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), as Varas Federais, os Juizados Especiais Federais e as Turmas Recursais nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul registraram aumento na média semanal de atos editados após a obrigatoriedade do regime de teletrabalho, medida adotada diante do avanço da pandemia da Covid-19 no país.

O levantamento realizado pelo setor de estatísticas da corte apresenta comparativo entre a soma de sentenças, acórdãos, decisões e despachos emitidos nas unidades judiciais antes e após a implantação do trabalho a distância para magistrados e servidores. Como exemplo, no período de 9 a 15 de março, foram editados quase 71 mil atos. Já entre os dias 23 e 27 do mesmo mês, após a implementação total do teletrabalho, a soma foi de 83 mil atos.

[Continue lendo...](#)

16/04

Justiça Federal do Rio Grande do Sul destina mais R\$ 830 mil para Furg comprar 6700 testes rápidos

A 2ª Vara Federal de Rio Grande (RS) destinou mais R\$ 830 mil para a Universidade Federal do Rio Grande (Furg) e o Hospital Universitário "Dr. Miguel Riet Correa Jr." (HU/FURG). O recurso será utilizado para compra de 6.700 testes rápidos.

O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com o pedido apontando a tratativa realizada com a Furg e HU. O juiz federal Sérgio Renato Tejada Garcia homologou o

acordo destinando R\$ 837.500,00 para serem utilizados na compra dos testes sorológicos rápidos, para a detecção de anticorpos para o novo coronavírus no município.

[Continue lendo...](#)

16/04

Prefeitura de Xanxerê (SC) deve realizar obras para evitar deslizamentos de terra em loteamento do "Minha Casa Minha Vida"

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve liminar que obrigou o Município de Xanxerê (SC) a realizar obras de infraestrutura no Loteamento Beija-Flor, do Programa "Minha Casa Minha Vida", para evitar deslizamentos de terra no local que possam causar danos aos imóveis e risco à vida dos moradores. A decisão foi proferida de forma monocrática pelo desembargador federal Rogerio Favreto, integrante da 3ª Turma da corte, no dia 13/4.

O Ministério Público Federal (MPF), em julho de 2019, ajuizou ação civil pública contra o Município e a Caixa Econômica Federal.

[Continue lendo...](#)

16/04

Homem fora do grupo de risco deve voltar para prisão

O desembargador federal Leandro Paulsen, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), suspendeu decisão da 1ª Vara Federal de Joinville (SC) que havia trocado a prisão preventiva de homem que tentou furtar agência da Caixa Econômica Federal por prisão domiciliar como medida de prevenção relativa à pandemia do Covid-19. Segundo o desembargador, o réu tem 31 anos, não está no grupo de risco e oferece perigo à ordem social.

O homem foi flagrado fugindo após quebrar uma parede da agência que fica no bairro Costa e Silva, em Joinville. Ele não chegou a efetivar o furto devido à chegada dos policiais. O crime ocorreu no início de fevereiro e ele foi preso preventivamente. No dia 30 de março, a prisão foi revertida e o Ministério Público Federal (MPF) recorreu ao tribunal. Segundo o órgão, há necessidade de segregação do requerido como forma de garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

[Continue lendo...](#)

16/04

TRF4 mantém encerramento de atividades da Agência da Receita Federal de Viamão (RS)

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve de forma liminar a validade de decisão administrativa da União que encerrou as atividades da Agência da Receita Federal localizada no município gaúcho de Viamão. Em decisão monocrática proferida no início de abril (7/4), a desembargadora Marga Inge Barth Tessler negou o recurso movido pelo município com o entendimento de que o procedimento e os critérios adotados pela Secretaria Especial da Receita Federal para

o fechamento da unidade ocorreram dentro da legalidade.

O município ajuizou a ação civil pública defendendo o interesse em manter o funcionamento de sua agência após a Secretaria Especial da Receita Federal publicar em janeiro a Portaria nº 34, que suspendeu pelo prazo de dois anos as unidades de Viamão e Vacaria. O fechamento foi justificado pelo órgão como medida de contenção de gastos públicos e reestruturação de serviços da Receita. O município alegou no processo que a agência não poderia ter suas atividades encerradas devido a alta demanda de atendimento aos contribuintes.

[Continue lendo...](#)

16/04

Justiça Federal derruba exigência de CPF regular para receber auxílio emergencial

Na última quarta-feira (15), o diretor da Ajufe e juiz federal, Ilan Presser, relator convocado pelo Tribunal Regional da 1ª Região (TRF1), determinou a suspensão da exigência de CPF regular para recebimento do auxílio emergencial do Governo, no valor de R\$ 600. Em decisão liminar (provisória) concedida na noite de quarta-feira.

O juiz deu um prazo de 48 horas para que a Caixa Econômica Federal e a Receita Federal implantem a medida. Nos últimos dias, muitas filas se formaram nas unidades da Receita numa tentativa de regularizar o CPF. As aglomerações contrariam as recomendações de isolamento social da Organização Mundial da Saúde (OMS), que visa a reduzir o ritmo de propagação do coronavírus.

[Continue lendo...](#)

15/04

JFCE determina a destinação de mais de R\$570 mil para o enfrentamento da Covid-19

Os juízos da 12ª e 16ª Varas da Justiça Federal no Ceará (JFCE) proferiram nesta terça-feira, 14/04, decisões destinando recursos provenientes do cumprimento de penas de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo em feitos nas ações criminais, para aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia COVID-19. Ao todo, R\$ 572.122,44 serão repassados às entidades públicas vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), localizadas nas cidades de Fortaleza e Juazeiro do Norte.

O juiz da 12ª Vara Federal, José Flávio Fonseca de Oliveira, deferiu o pedido protocolado pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que solicitou a destinação do valor disponível de R\$ 307.885,77 ao Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará (UFC).

[Continue lendo...](#)

15/04

Conselho reforça medidas de combate ao financiamento ilícito durante pandemia

da Covid-19

O presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, Ministro João Otávio de Noronha, orientou os Tribunais Regionais Federais a darem ampla divulgação às medidas para o combate ao financiamento ilícito, no contexto da pandemia da Covid-19. Em ofício enviado hoje (14/4) aos presidentes dos TRFs, Noronha reforça as ações relatadas no Comunicado do Presidente do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (GAFI), adotadas pelo órgão em âmbito internacional.

O documento foi enviado ao presidente do STJ e do CJF pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) na semana passada. Sob o título "Covid-19 e as medidas para o combate ao financiamento ilícito", salienta a importância do GAFI como "organismo definidor" dos padrões internacionais para a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP).

[Continue lendo...](#)

14/04

Ação Solidária da AJUFERGS leva refeições a moradores de rua

Em uma iniciativa da diretoria da Ajufergs, foram servidas 80 refeições a pessoas em situação de vulnerabilidade social, na Praça da Matriz, em Porto Alegre.

Participaram do ato os diretores Marcelo Roberto de Oliveira e Carla Evelise Justino Hendges, a associada Clarides Rahmeier, e os familiares Joelma Avrela de Oliveira e Clarissa Justino Hendges.

[Continue lendo...](#)

14/04

Justiça Federal no Ceará destina quase R\$ 265 mil para o combate à Covid-19

A Justiça Federal continua operando em home office, desde o início da pandemia da Covid-19. O juiz federal substituto Fabricio de Lima Borges, da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará, acatou pedido do Ministério Público Federal que objetivava a liberação dos recursos provenientes de penas de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo em feitos criminais ligados à 16ª Vara, para o combate à Covid-19.

Em sua fundamentação, o magistrado decidiu com base na Resolução nº 313 do CNJ, editada no contexto de emergência em saúde pública decorrente da infecção humana causada pelo novo coronavírus, que em seu artigo 9º prioriza a destinação dos recursos citados à aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia, a serem utilizados pelos profissionais da saúde.

[Continue lendo...](#)

14/04

Covid-19 - Concessionária em aeroporto

de Curitiba deverá negociar contrato

O desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), derrubou liminar da 6ª Vara Federal de Curitiba que suspendia o pagamento do contrato de concessão com a Infraero da L. Fiorotto Alimentos em função da pandemia do Covid-19. A empresa é responsável por um quiosque que vende amêndoas e castanhas glaceadas no Aeroporto Internacional Afonso Pena de Curitiba. Segundo o desembargador, não foram demonstrados nos autos a quebra do equilíbrio econômico-financeiro e a contratante deve buscar uma solução consensual com a Infraero, que está oferecendo a possibilidade de acordo com as cessionárias.

A decisão de primeira instância que suspendia as obrigações contratuais enquanto durasse o estado de calamidade pública foi tomada dia na segunda-feira passada (6/4), levando a Infraero a recorrer ao tribunal. Em seu recurso, a empresa pública alega que o dano será inverso, visto que a suspensão do contrato não restabelece o equilíbrio financeiro, mas impõe à Infraero o prejuízo decorrente da paralisação do setor aéreo nacional. A recorrente alega ainda que lançou um pacote comercial emergencial em que oferece redução temporária do aluguel sob a condição de um acréscimo de três meses na vigência original do contrato.

[Continue lendo...](#)

14/04

JFCE libera pagamento de mais de R\$54 milhões em RPs em abril

Diante das dificuldades econômicas enfrentadas durante o período de isolamento em razão da pandemia provocada pelo COVID-19, afetando especialmente as pessoas mais vulneráveis, a Justiça Federal no Ceará (JFCE), ciente de seu protagonismo em promover ações aptas a amenizar essa problemática, disponibilizará, neste mês de abril, um total de R\$ 54.651.588,16 para pagamentos de RPs.

A medida trará impacto positivo a importante parcela da população dos grupos de risco: os titulares de benefícios previdenciários e assistenciais, especialmente idosos e pessoas com deficiência, além de segurados do INSS acometidos por doenças incapacitantes.

[Continue lendo...](#)

14/04

JFCE passa dos 18 mil atos judiciais desde o início do plantão extraordinário

Pela terceira semana consecutiva, a Justiça Federal no Ceará (JFCE) divulga seu levantamento de produtividade desde a instalação do plantão extraordinário devido à pandemia o COVID-19. De 4 a 10 de abril, a Seção Judiciária produziu 4.660 atos judiciais, dos quais 2.089 sentenças e julgamentos em sessão das Turmas Recursais, 686 decisões e 1.885 despachos.

Desde o dia 18 de março, quando teve início o trabalho remoto por magistrados e servidores,

até 4 de abril, já foram contabilizados 18.197 atos judiciais.

[Continue lendo...](#)

13/04

Justiça Federal de Minas Gerais disponibiliza 120 milhões para SUS de MG e ES

CASO SAMARCO: Justiça Federal em Minas Gerais coloca à disposição do SUS de Minas Gerais e do Espírito Santo a quantia de 120 milhões de reais para ser utilizada nas ações emergenciais de saúde no combate à pandemia do Coronavírus.

[Continue lendo...](#)

13/04

Produtividade da JFPE no período de 29/3 a 8/4

A Justiça Federal em Pernambuco (JFPE) presta contas aos jurisdicionados, divulgando novo balanço de produtividade com o trabalho em home office, necessário para conter o avanço da pandemia mundial provocada pelo Novo Coronavírus. Entre os dias 29 de março e 8 de abril deste ano, foram proferidas 3.145 sentenças, 2.337 decisões, 6.616 despachos e 748 acórdãos.

Os juízes federais e servidores das três Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais deram continuidade às sessões, agora no formato de videoconferência. Duas sessões foram realizadas na semana passada e outra na tarde desta segunda-feira (13).

[Continue lendo...](#)

13/04

Justiça Federal destina verba para presos fabricarem materiais para as unidades de saúde

Em entrevista ao Bom Dia Sábado, do Paraná, o presidente da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe), André Duszczak, falou sobre a verba que a Justiça Federal destina para a fabricação de máscaras, aventais, jalecos e roupas de cama para serem utilizados no combate ao COVID-19.

“Qualquer auxílio hoje vai ser muito importante. E eu entendo que essa iniciativa louvável do diretor do Depen e eu acho que isso é muito importante que seja feito e a Justiça Federal está junto e vai fornecer recursos para que isso possa continuar e ir para frente”, relatou o magistrado.

[Continue lendo...](#)

09/04

TRF4 e demais órgãos colegiados da 4ª Região retomam sessões de julgamento virtuais e fóruns por via eletrônica

Considerando que os sistemas eletrônicos da Justiça Federal da 4ª Região (TRF4 e Seções Judiciárias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) possibilitam que a atividade judiciária, sobretudo no campo da proteção do administrado, não seja interrompida, mas sim compatibilizada com a necessidade de distanciamento e isolamento

social, em face da pandemia gerada pela COVID-19, a Presidência do TRF4, atenta às medidas que, em menor e maior grau, vêm sendo tomadas pelas autoridades públicas e pelo Poder Judiciário, editou ontem (07/04) as Resoluções nºs 22, 23 e 24 com o objetivo de proporcionar a realização de fóruns vinculados a órgãos administrativos da Corte e sessões de julgamentos do Tribunal, das Turmas Recursais, da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e da Seção de Execução Penal de Catanduvas, desde que exclusivamente virtuais.

Os normativos estão em consonância com o artigo 6º da Resolução CNJ nº 313/2020 (Consulta CNJ nº 0002337-88.2020.2.00.0000).

[Continue lendo...](#)

09/04

TRF4 nega benefício emergencial a quem já possui aposentadoria

O juiz federal Alexandre Rossato da Silva Ávila, convocado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, negou liminar em Agravo de Instrumento interposto contra decisão que, em mandado de segurança, indeferiu a concessão de benefício emergencial. A autora desejava afastar a proibição prevista na Medida Provisória 936/2020.

O valor, de R\$ 600,00, é destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia de Covid-19.

[Continue lendo...](#)

08/04

Rede dos Centros de Inteligência da Justiça Federal debate ações emergenciais em decorrência da Covid-19

Para discutir temas como teleaudiências, teleperícias e outras medidas decorrentes da atual pandemia de COVID-19, a Ajufe participou de reunião virtual da Rede dos Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal, nessa terça-feira (07/04). A videoconferência contou com representantes de todas as seções judiciárias do país e foi conduzida pela Juíza Federal Vânia Cardoso (SJMG).

A reunião foi acompanhada pela Diretora da Ajufe, Clara Mota, e nela foram apresentadas notas técnicas produzidas pelo Centro Local de Inteligência da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte e pelo Centro Local de Inteligência da Justiça Federal de São Paulo (CLISP).

[Continue lendo...](#)

08/04

Plataforma digital do CNJ já permitiu a realização de mais de 800 reuniões por videoconferência

A Plataforma Emergencial de Videoconferência para Atos Processuais disponibilizada pelo Conselho Nacional de

Justiça no início de abril já conta com mais de 900 usuários e cerca de 821 reuniões já foram realizadas. A ferramenta permite realização de audiências e sessões de julgamentos por videoconferência. Com isso, ampliou-se o trabalho dos magistrados enquanto o período emergencial de saúde, causado pela pandemia do COVID-19.

A plataforma propicia a criação de salas virtuais pelos magistrados para realização de sessões de julgamento, audiências ou reuniões. Por esse meio, também será possível a interação com todos os atores do Sistema de Justiça, composto por advogados públicos e privados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Caso necessário, também será possível a sustentação oral de modo virtual e ao vivo.

[Continue lendo...](#)

08/04

Tribunal disponibiliza produtividade da Justiça Federal da 1ª Região durante plantão extraordinário

Os jurisdicionados da Justiça Federal da 1ª Região já podem acompanhar o trabalho dos órgãos julgadores do Tribunal e de suas 14 Seções Judiciárias durante o período emergencial da pandemia do Coronavírus. Está disponível no portal do TRF1 e seccionais o banner PRODUTIVIDADE DURANTE O PLANTÃO EXTRAORDINÁRIO, que dá acesso às informações relativas à atuação jurisdicional por meio de ferramenta desenvolvida pela Divisão de Estatística (Diest) do TRF1 que criou o Painel de Acompanhamento da Produtividade Durante o Plantão Extraordinário. Assim, é possível visualizar, com atualização diária, os dados de produtividade da 1ª Região a partir de 18 de março.

A medida segue determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Ofício CNJ 224-SG 10060305 para monitorar e divulgar a atuação jurisdicional e a prestação de serviços públicos pelo Poder Judiciário durante o período emergencial da pandemia.

[Continue lendo...](#)

08/04

Justiça mantém produtividade e destina quase R\$ 200 mi para combate à pandemia

Os órgãos do Poder Judiciário destinaram, entre 16 de março e 5 de abril deste ano, R\$ 198,76 milhões para combate à pandemia provocada pelo COVID-19. O dado está consolidado no painel Produtividade Semanal do Poder Judiciário, divulgado nesta terça-feira (7/4) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A destinação dos recursos representa uma atividade proativa do Judiciário de financiar a contenção do contágio pelo novo coronavírus no Brasil.

Os valores liberados são decorrentes de penas ou medidas alternativas de prestação pecuniária e atendem à recomendação do CNJ, no art. 9º da Resolução n. 313, de 19 de março de 2020, que uniformizou o funcionamento dos serviços judiciários durante emergência de saúde pública. A norma dispõe que essas verbas podem ser utilizadas para compra de leitos, medicamento e itens

em apoio aos profissionais da saúde como, por exemplo, respiradores, máscaras, aventais, luvas, óculos de segurança e kits para teste.

[Continue lendo...](#)

08/04

Estudante de medicina da FPP (PR) não pode se formar antes de concluir curso

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve decisão liminar que negou o pedido de antecipação da colação de grau de uma estudante do último semestre de medicina na Faculdade Pequeno Príncipe (FPP), em Curitiba. Em decisão proferida na última semana (3/4), o relator do caso na corte, desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, considerou que, apesar da excepcional necessidade de profissionais da saúde durante a pandemia de Covid-19, não compete ao Poder Judiciário avaliar a capacidade técnica de acadêmicos.

A estudante ajuizou mandado de segurança contra a FPP após ter o pedido de antecipação da formatura negado na via administrativa da universidade. Segundo a autora, seria necessária a antecipação do diploma até o dia 6 de abril, quando encerraria a inscrição do edital para processo seletivo emergencial nacional para contratação de médicos nos Hospitais Universitários Federais. A acadêmica sustentou que, além da urgente situação no sistema de saúde, ela já teria completado mais horas do que o mínimo fixado pelo Ministério da Educação (MEC) e mais de 75% das horas do estágio de internato.

[Continue lendo...](#)

07/04

Justiça Federal da 3ª Região edita mais de 120 mil atos em 7 dias de teletrabalho

Em regime de teletrabalho, magistrados e servidores da Justiça Federal nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul editaram 120,9 mil atos em sete dias úteis, entre 26 de março e 3 de abril. No período, foram emitidos 70,9 mil despachos, 15 mil sentenças, 23,7 mil decisões e pouco mais de 11 mil acórdãos. São, em média, 17,3 mil atos por dia. Houve 29,3 mil processos distribuídos e 11,2 mil baixados.

Somente no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), foram pelo menos 7,5 mil acórdãos, 6,2 mil decisões e mais de 2,4 mil despachos. Na primeira instância de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, as Varas Federais e os Juizados Especiais Federais (JEF) editaram mais de 97 mil atos. Já as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais somaram 6,3 mil atos.

[Continue lendo...](#)

07/04

Estado de calamidade pública não prorroga vencimentos de tributos federais durante Covid-19

Com o entendimento de que o estado de calamidade pública pela pandemia de Covid-19 não possui previsão legal para adiar pagamentos tributários, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) suspendeu liminar

que prorrogava prazo de vencimento dos tributos federais da fábrica Marcegaglia do Brasil, que produz materiais siderúrgicos em Garuva (SC). Em decisão proferida na última semana (3/4), o relator do caso na corte, desembargador federal Rômulo Pizzolatti, observou que a argumentação para o adiamento implicaria ao zeramento da arrecadação federal no momento em que são necessárias receitas para combater à pandemia.

A empresa ajuizou o mandado de segurança contra a Fazenda Nacional requerendo a prorrogação dos vencimentos de todos os tributos federais a que está sujeita, e que vençam em março de 2020 em diante, para o último dia útil do terceiro mês após o término do estado de calamidade pública, ou seja, em 31 de março de 2021. Segundo a parte autora, durante a pandemia, sua produção teve as atividades praticamente suspensas pela paralisação do mercado e pelas restrições de locomoção de seus 500 funcionários. A Marcegaglia do Brasil sustentou que o direito ao adiamento dos pagamentos estaria previsto na Portaria nº 12/2012 do Ministério da Fazenda.

[Continue lendo...](#)

07/04

TRF3 mantém autorização para farmácias populares realizarem entregas em domicílio

A desembargadora federal Mônica Nobre, da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), manteve liminar que autorizou as farmácias a realizarem entrega em domicílio dentro do programa Aqui Tem Farmácia Popular, diante do cenário de enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).

A liminar havia sido concedida pela 1ª Vara Federal de São Vicente, mas a União recorreu da decisão, alegando que já tomou várias medidas para evitar a maior circulação de pessoas, com a flexibilização da Portaria nº 111/2016. Dentre elas, está a possibilidade dos pacientes retirarem, em um único atendimento, o quantitativo de remédios suficiente para a realização do tratamento por até 90 dias ou, ainda, utilizarem uma procuração simples, caso estejam impedidos de ir pessoalmente às farmácias credenciadas.

[Continue lendo...](#)

07/04

Hospitais vinculados à UFMG recebem primeiros produtos adquiridos com doações

O Hospital das Clínicas da UFMG, o Hospital Risoleta Neves e a UPA Centro Sul, especializada no atendimento a pacientes com o novo coronavírus, começam a receber, nesta semana, insumos e equipamentos que estão sendo comprados com recursos arrecadados por meio de campanha de doação lançada na internet. Os produtos vão de sabonete em espuma a luvas, máscaras e óculos de segurança, de álcool em gel e desinfetante a equipamentos de nebulização e peças de ventiladores pulmonares.

As aquisições somam R\$ 231 mil. Até a última sexta-feira, 3 de abril, a campanha de financiamento coletivo Colabore Hospitais UFMG registrou doações no valor total de R\$ 379.672,76, de 1.343 pessoas físicas e jurídicas. A campanha continua recebendo doações, que são destinadas ao atendimento às vítimas diagnosticadas com Covid-19, outras síndromes respiratórias agudas e outras emergências.

[Continue lendo...](#)

06/04

Acordo judicial da JFRS garante reabertura do Hospital de Taquara a partir de 14 de abril

A 1ª vara federal de Novo Hamburgo (RS) homologou nesta semana o acordo judicial que permitirá que o Hospital Bom Jesus de Taquara volte a atender a partir de 14 de abril. A Associação Hospitalar Vila Nova (AHVN), que já administra hospitais em Porto Alegre, assumirá a gestão.

No curso da ação, o Município de Taquara informou que selecionou a AHVN mediante contrato emergencial, com duração de cinco anos e comprometeu-se a, no último ano desse contrato, realizar procedimento licitatório público para o período seguinte de gestão. Tanto o Município quanto o Estado do RS comprometem-se a celebrar os contratos administrativos com a AHVN nas áreas de suas competências de prestação de saúde pública e a repassarem os recursos respectivos de forma pontual.

[Continue lendo...](#)

06/04

Ajufe participa de reunião com o CNJ para definir estratégias de combate à Covid-19

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, nesta segunda-feira (06/04), de reunião por videoconferência com a conselheira do CNJ, Maria Tereza Uille Gomes, para estabelecer um projeto nacional, com apoio das associações, de ação humanitária diante da crise que envolve a pandemia de Covid-19. A AMB, Anamatra e ANOREG também participaram do encontro.

A Portaria 57/2020 do CNJ, que inclui o novo coronavírus no Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão, foi a principal pauta da reunião. A intenção do Conselho é possibilitar uma atuação conjunta entre as associações para desenvolver um projeto humanitário diante da crise instalada pela pandemia e viabilizar uma estrutura para centralizar doações.

[Continue lendo...](#)

06/04

Justiça Federal no Ceará apresenta balanço de sua produtividade em plantão extraordinário

Em novo levantamento após o estabelecimento do plantão extraordinário devido à pandemia o COVID-19, a Justiça Federal no Ceará (JFCE)

produziu entre os dias 29 de março e 03 de abril, 5606 atos judiciais. Entram nesses números, 2826 julgamentos, 252 decisões, 2283 despachos e 245 acórdãos das Turmas Recursais.

Esta é a segunda semana que a Seção Judiciária atua em regime de teletrabalho. Desde o dia 18 de março até 03 de abril, já foram contabilizados 13.537 atos judiciais.

[Continue lendo...](#)

06/04

Juizado Especial Federal de SP acata liminar para suspensão de pagamento do FIES por Covid-19

O Juizado Especial Federal de São Paulo (JEF-SP) acatou liminar e suspendeu o pagamento das parcelas de abril, maio e junho de um beneficiário do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em virtude da pandemia do novo coronavírus.

O autor da ação, que concluiu a graduação em agosto de 2018, declarou estar “na iminência de não poder arcar com o pagamento das parcelas mensais”, em razão da cessação da atividade econômica de seus clientes.

[Continue lendo...](#)



AJUFE

Associação dos Juizes Federais do Brasil

Mesmo distantes, juntos.

A Justiça Federal não para!

